



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

126

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0324652-2**

**COMARCA DE ORIGEM:** Recife/PE - 17ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A.

**AGRAVADA:** AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - AGRAVO DE INSTRUMENTO - FUMAÇA DO BOM DIREITO PRESENTE - DUPLICATA MERCANTIL SEM ACEITE DO SACADO - DISCUSSÃO ENVOLVENDO A EXISTÊNCIA DO TÍTULO DE CRÉDITO - *PERICULUM IN MORA* RECONHECIDO - MANUTENÇÃO DA SUSTAÇÃO DO PROTESTO - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Considerando que a ausência do aceite, aliada a negativa de recebimento das mercadorias por parte da Agravada põe em risco a própria existência do título, identifico a presença do *fumus boni iuris*.
2. Em virtude da discussão envolver a confirmação da tradição envolvendo as partes, não se mostra prudente permitir o protesto do título de crédito *sub judice* até que o mérito da lide seja julgado.
3. Recurso não provido.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos recursos de Agravo de Instrumento n.º 0324652-2; Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao Agravo de Instrumento**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 18 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0324652-2**

**COMARCA DE ORIGEM:** Recife/PE - 17ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A.

**AGRAVADA:** AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**RELATÓRIO**

- Trata-se de Agravo de Instrumento com requerimento de efeito suspensivo em face da decisão de fls. 43/44 - Tjpe, que deferiu a medida liminar perseguida pela parte agravada, determinando a imediata sustação do protesto do título de crédito que se encontra apontado sob o nº 2013-10-0455174-8 pelo cartório de protesto do 2º ofício desta capital.

**DECISÃO VERGASTADA:**

- Dispositivo decisório, constante às fls. 43-v/44 Tjpe dos presentes autos, colacionados *ipsi litteris*:

*"... 6. Em sendo assim, considerando que "o juiz pode determinar liminarmente a sustação de protesto de título"<sup>2</sup>, com fundamento nos termos dos arts. 798 e 804, ambos do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, Defiro a medida liminar perseguida pela requerente na petição inicial de fls. 02/07, e, por conseguinte, DETERMINO*

122  
a(s) imediata(s) sustação(ões) do(s) título(s) de crédito(s) que se encontra(m) apontado(s) sob o(s) n(s). 2013-10-0455174-8 pelo cartório de protesto do 2º ofício desta capital, desde que previamente prestada caução em dinheiro ou garantia real/fidejussória por parte dela, requerente, no valor de R\$ 2.712,93 (dois mil e setecentos e doze reais e noventa e três centavos), que corresponde à soma do(s) valor(es) da(s) referida(s) cártula(s), até ulterior decisão judicial em sentido contrário, sabido que "a fim de garantir a efetiva indenização dos prejuízos que eventualmente o requerido venha a sofrer, nos casos enumerados no CPC 811, o juiz pode determinar a prestação de caução como condição para a concessão da liminar"

#### **FUNDAMENTOS DO RECURSO:**

- Em suas razões recursais, pugna o Agravante pela reforma da decisão vergastada, no sentido de impedir a sustação do protesto da duplicata e com isso, assegurar o poder de protestá-la, sob o argumento de que a Agravada adquiriu as peças em epígrafe, sendo elas devidamente entregues, porém, não pagas.

#### **CONTRARRAZÕES:**

- Instada a se manifestar, a parte Agravada apresentou Contrarrazões às fls. 112/118, aduzindo que, em que pese tenham sido requeridas, as peças não foram entregues, aduzindo como prova em seu favor a ausência de assinatura de recebimento por si, mas por um terceiro (Transeltram) que não mantém qualquer relação negocial. Assim sendo, pugna a Agravante que seja mantida a liminar proferida nos autos da ação cautelar.

É o Relatório. Peço Pauta.

Recife, 03 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

128

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0324652-2**

**COMARCA DE ORIGEM:** Recife/PE - 17ª Vara Cível

**AGRAVANTE:** SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A.

**AGRAVADA:** AGÍLIS - MINERAÇÃO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA.

**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**VOTO**

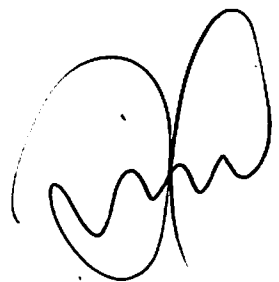
Cinge-se o mérito do presente recurso em analisar se a decisão proferida pelo juiz *a quo*, a qual determinou a sustação do protesto referente ao título *sub judice* deve, ou não, ser confirmada em sede de liminar.

Dito isso, para que se chegue a uma conclusão sobre o embate, é preciso identificar os requisitos previstos nos artigos 797 e 798, ambos do Código de Processo Civil, atinentes à plausibilidade do direito, representado pelo *fumus boni iuris*, bem como ao fundado receio de dano pela espera no julgamento do mérito da lide.

Sobre o tema, lecionam LUIZ GUILHERME MARINONI e SERGIO CRUZ ARENHART que:

"A tutela cautelar supõe que a situação tutelável ou da tutela devida ao direito material estejam expostas a perigo... Mas o perigo de dano não é suficiente quando a tutela do direito material não é provável ou verossímil. Trata-se da probabilidade relacionada à conhecida locução "fumaça do bom direito", ou *fumus boni juris*. Para obter a tutela cautelar, o autor deve convencer o juiz de que a tutela do direito provavelmente será concedida. A admissão de uma convicção de verossimilhança, como suficiente à concessão da tutela cautelar, decorre do perigo de dano e da consequente situação de urgência, a impor solução e tutela jurisdicional imediatas."

Por sua vez, assevera ARRUDA ALVIM acerca da possibilidade da concessão liminar:

"O juiz concederá a liminar sem a audiência do réu (inaudita altera parte) em duas hipóteses: (a) sempre que o réu, tomando prévio conhecimento da medida, possa frustrá-la (p. ex., o arresto eletrônico do dinheiro, por força do art. 655-A c/c o art. 821, pois o réu poderá sacar a quantia no caixa do banco, zerando a conta); (b) sempre que a urgência em impedir a lesão revele-se incompatível com o tempo necessário com a integração do réu à relação processual. (ARRUDA ALVIM, et. al. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: GZ, 2012. p. 1251. )" 

130  
Quanto ao primeiro requisito, a fumaça do bom direito, deve estar evidente aos olhos do julgador, mediante a apresentação de prova suficiente das alegações da parte requerente sobre as quais ampara seu pedido liminar deduzido perante o Judiciário.

Sobre isso, vislumbro o *fumus boni iuris* ao analisar o documento acostado às fls. 95-97 dos autos, trazido pela própria Agravante, onde se denota que não houve aceite pela parte Agravada, além da ausência de assinatura e carimbo do fisco Pernambucano, o que põe em risco a existência do próprio título de crédito.

E daí advém o segundo requisito, qual seja, o *periculum in mora*. Isto porque, não se afigura plausível que se mantenha o nome da Agravada sujeito a protesto quando ainda se discute a existência, ou não, da dívida *sub judice*.

Deste modo, sigo a linha traçada pelo juiz de piso, de modo que nego provimento ao presente recurso, corroborando com seu entendimento no sentido de impedir que o nome da Agravada seja lançado nos órgãos restritivos de crédito, até que o mérito da lide seja analisado com a profundidade exigida.

É como Voto.

Recife, 18 de  de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator